



EDITAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022

1. INTRODUÇÃO

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, por meio da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos - SECONSER, com sede na Avenida Visconde do Rio Branco, nº 11, Ponta da Areia – Niterói, na forma do disposto no processo administrativo n.º 040/001961/2021, torna público que se encontra aberto, no período de 01/08 a 31/08 de 2022 o Edital de Chamamento Público para a formalização de Termo de Cooperação com pessoa jurídica, interessada em fomentar ações de lazer, proteção, saúde e bem-estar da população do município, através da construção, aparelhamento e conservação de Área Kid's e Dog Park, a ser realizado na Praça do Soldado, no Bairro de São Francisco, Niterói-RJ, que será regido pelo disposto na Lei Federal 10.098/2000 e Lei Municipal 925/1991, Lei Municipal 2.232/2005, Lei Municipal nº 2.624 de 2008 e Decreto Municipal 14.352/2022, além de outras normas aplicáveis, bem como as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas.

1.1 A SECONSER, por meio da Comissão Especial de Chamamento Público, espera receber propostas que atendam às disposições deste instrumento, com a finalidade de aumentar o número de locais, denominados “PARCÃO”, a exemplo dos já instalados no Horto do Fonseca e no Parque Prefeito Ferraz, em Icaraí (Campo de São Bento), e espaços de convivência, que proporcionam aos animais e seus tutores um local seguro e adequado para recreação e lazer.

1.2 O Edital e seus anexos estão disponíveis na página eletrônica da SECONSER.

1.3 DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

Poderão ser solicitados esclarecimentos acerca do objeto deste edital até 2 (dois) dias úteis anteriores ao prazo para a entrega do REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO para realização dos ESTUDOS TÉCNICOS, até as 17:00 horas, desde que, por escrito, encaminhado ao endereço situado à Rua Visconde do Rio Branco, 11 – Niterói/RJ ou, ainda, mediante e-mail seconser@seconser.niteroi.rj.gov.br

1.4 A resposta aos pedidos de esclarecimento será divulgada no sítio na internet do(s) órgão(s) responsável(is) pelo procedimento, na parte relativa às licitações, e quem tiver interesse na participação futura deste procedimento, deverá acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

2. DO OBJETO

2.1 O presente Chamamento Público tem como objeto a seleção de pessoa jurídica interessada em celebrar o Termo de Cooperação, visando à construção, aparelhamento e conservação do Projeto “PARCÃO DE SÃO FRANCISCO E ÁREA KIDS”, para uso da população de forma gratuita, sem recursos públicos envolvidos, conforme especificações constantes na tabela I e dos demais itens do Termo de Referência (Anexo I) e Projeto apresentado pelo adotante.



2.2 As informações detalhadas para a construção, aparelhamento e conservação do Projeto estão discriminadas nos anexos deste instrumento, que deverão ser minuciosamente observados quando da manifestação de interesse.

2.3 A Pessoa Jurídica vencedora firmará com a SECONSER o Termo de Cooperação com a finalidade especificada, pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

2.4 As ações previstas neste Edital não implicam qualquer ônus financeiro para o Município, sendo a única e exclusiva contrapartida decorrente da parceria a colocação placas indicativas e/ou promocionais padronizadas, por meio da exposição do nome e/ou logomarca da empresa, em espaços autorizados, de acordo com as especificações e layout estabelecidos neste instrumento, além de, a critério e interesse da Administração Pública, ser permitida a realização de ativações promocionais da marca da empresa adotante.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Chamamento Público:

3.1.1 As empresas especializadas cujo objeto social contenha atividades compatíveis com o objeto deste procedimento, observada a necessária qualificação, e que satisfaçam todas as exigências deste edital;

3.1.2 As empresas que estiverem em dia com suas obrigações fiscais, tributárias e trabalhistas.

3.2 Não serão admitidas no presente chamamento as pessoas jurídicas:

a) Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Município de Niterói, com as sanções prescritas no inciso III do art. 87 da Lei no 8.666/93 e no art. 7º da Lei no 10.520/02;

b) Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei no 8.666/93;

c) Pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.

3.3 A participação no processo de chamamento implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

4.1 As pessoas jurídicas interessadas poderão encaminhar os documentos exigidos neste edital via correios através do endereçamento abaixo ou via e-mail: seconser@seconser.niteroi.rj.gov.br no período de 01/08/2022 a 31/08/2022, com o seguinte assunto: Chamamento Público nº. 01/2022 - PROJETO "PARCÃO SÃO FRANCISCO E ÁREA KIDS".

4.1.1. Os interessados deverão encaminhar suas propostas em 2 (dois) envelopes opacos, indevassáveis e lacrados; designados, respectivamente "A" e "B", constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:



- I. ENVELOPE “A” - PROPOSTA MUNICÍPIO DE NITERÓI CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/2022 - PROJETO “PARCÃO SÃO FRANCISCO E ÁREA KIDS”. NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA
- II. ENVELOPE “B” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO MUNICÍPIO DE NITERÓI - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/2022 - PROJETO “PARCÃO SÃO FRANCISCO E ÁREA KIDS” NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA.

4.2. No referido período, as empresas interessadas deverão encaminhar Carta de Interesse (Anexo V), juntamente com os documentos de habilitação (Item 7) e dos listados no subitem 5.3. descritos neste edital.

4.2.1. O modelo de Carta de Interesse, constante no Anexo V do Edital, é apenas de caráter orientativo, visando estabelecer informações mínimas a serem apresentadas pelos interessados.

4.3. Os interessados deverão observar detalhadamente os termos neste edital e anexos, onde estão definidos os critérios de julgamento e os escopos mínimos a serem atendidos, assim como tomar conhecimento das obrigações e possíveis contrapartidas. Portanto, devendo ser apresentado juntamente com a carta de interesse os seguintes documentos:

4.3.1. Projeto base, utilizando o constante no Anexo III como referência;

4.3.2. Cronograma de limpeza e conservação;

4.3.3. Cronograma de instalação dos equipamentos, bem como modelos, detalhes e as especificações técnicas da aparelhagem ao ar livre.

4.4. Todos os documentos deverão estar em formato digital ou escaneados (formato PDF), em originais ou cópias autenticadas, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais interessados, não causarem prejuízo à Administração Pública ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

4.5. As informações prestadas, assim como a documentação enviada, são de inteira responsabilidade da pessoa jurídica interessada.

4.6. Não será aceita documentação enviada fora do período previsto neste edital, assim como a SECONSER não se responsabilizará por problemas de envio de documentação ou por inconsistências da Internet.

5. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. A Comissão Especial de Chamamento Público dará início à sessão de análise da documentação e fará o julgamento em sessão no dia 08/09/2022, às 9 horas, concluindo pelo deferimento ou indeferimento de cada interessado.



5.1.1. A sessão pública será realizada na SECONSER, localizada na Av. Visconde do Rio Branco, nº 11 – Ponta da Areia.

5.2. O critério de seleção será o da MELHOR PROPOSTA para a Administração pública, através da obtenção da maior pontuação, observando os critérios e requisitos definidos na tabela do item 6 deste Edital.

5.3. Os documentos exigidos que não atendam às disposições constantes neste Edital serão indeferidos.

5.4. A decisão que indeferir a documentação de interessado em adotar o projeto dar-se-á por intermédio de publicação na página eletrônica da SECONSER, localizada no seguinte endereço eletrônico: seconser@seconser.niteroi.rj.gov.br.

5.5. Não serão considerados motivos para indeferimento da participação, simples omissões ou irregularidades materiais (erros de digitação, concordância verbal, etc) na documentação, desde que sejam irrelevantes e não firam os direitos dos demais interessados.

5.6. O recebimento e/ou aceite dos documentos não implicam o reconhecimento da condição de adotante, que se dará somente após a declaração de vencedor e posterior celebração do Termo de Cooperação (Anexo II).

5.7. Concluída a verificação dos documentos habilitatórios e constatado atendimento pleno às exigências editalícias, a Comissão Especial de Chamamento Público elaborará ata contendo a lista dos interessados classificados e desclassificados.

5.8. A Comissão Especial de Chamamento Público, se julgar necessário, poderá recorrer a assessoramento técnico e jurídico para subsidiar na análise dos documentos e propostas.

5.9. Dos interessados classificados, a Comissão Especial de Chamamento Público procederá à avaliação e julgamento das suas propostas, conforme critério de julgamento definidos neste edital.

5.10. A classificação final dar-se-á em ordem decrescente de pontuação, sendo vencedora a proposta que obtiver a maior pontuação, devendo a Comissão Especial de Chamamento Público publicar o devido resultado no Diário Oficial do Município.

5.11. Todos os atos praticados na sessão de julgamento serão lavrados em ata que constará no Processo Administrativo.

6. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

6.1. Cada um dos membros da Comissão Especial de Chamamento Público lançará nota a cada um dos quesitos definidos no subitem abaixo, sendo a nota final do quesito, a média aritmética das notas atribuídas por cada membro.



6.2. A avaliação e julgamento dos documentos descritos no subitem 4.3 serão pontuados conforme tabela a seguir:

QUADRO DE AVALIAÇÃO		
ITENS DE JULGAMENTO	CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR ITEM
I - Projeto base	a) Análise observando-se o melhoramento e qualidade do projeto base apresentado, referenciado no anexo III constante do edital. Até 2.0 pontos	4.0
	b) Projeto utilizando materiais sustentáveis. Até 2.0 pontos	
II - Cronograma de limpeza e conservação	a) Análise observando a exequibilidade, qualidade e criatividade do cronograma de limpeza e conservação. Até 1.5 pontos	3.0
	b) Análise observando exequibilidade, qualidade e criatividade cronograma de manutenção do Parcão. Até 1.5 pontos.	
III - Cronograma de instalação dos aparelhos (brinquedos)	Análise observando exequibilidade, qualidade e criatividade do cronograma manutenção dos aparelhos (brinquedos). Até 1.5 pontos	3.0
	Análise observando a proposta de implantação de aparelhos (brinquedos) novos e criativos no PARCÃO. Até 1.5 pontos.	
PONTUAÇÃO MÁXIMA		10

6.3. Os itens do julgamento serão avaliados em cinco níveis de abordagem, a saber:

- a) Não abordado/Erroneamente abordado – 0% da nota de cada quesito;
- b) Insuficiente – 20% da nota de cada quesito;
- c) Regular – 50% da nota de cada quesito;
- d) Bom – 70% da nota de cada quesito;
- e) Ótimo – 100% da nota de cada quesito.

6.4 Havendo empate na pontuação total obtida, será adotada a seguinte ordem para fins de desempate:

- a) Maior pontuação obtida no item I;
- b) Maior pontuação obtida no item II;
- c) Maior pontuação obtida no item III;
- d) Sorteio realizado em sessão pública, após convocação dos interessados.



7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação para participar do presente certame:

7.1.1. Habilitação Jurídica:

Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
Observação: a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

7.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
 - I. Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;
 - II. Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco Estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual,



Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

III. Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

- d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

7.2. Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual.

7.3. Na hipótese de tratar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

7.4. Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

7.5. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

7.6. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

7.7. Declaração relativa ao cumprimento do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

7.8. O detentor da melhor proposta deverá apresentar declaração, na forma do Anexo VI, de que não possui em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

7.9. As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.



7.10. O Interessado deverá apresentar para participar da presente certame, certidões negativas de aplicação de penalidades expedidas pelo TCU, CEIS, CNJ e/ou CADIN, sob pena de inabilitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. Ultimado todo o procedimento, a Comissão indicará o vencedor com publicação no D.O., abrindo o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de eventuais recursos, através do endereço eletrônico: seconser@seconser.niteroi.rj.gov.br, a contar da publicação do resultado no Diário Oficial do Município.

8.2. A Comissão Especial de Chamamento Público deverá receber, examinar e manifestar-se sobre os recursos, cabendo-lhe manter ou rever sua decisão. No caso de manutenção da decisão, o recurso será decidido pela Autoridade Superior.

8.3. O resultado do recurso será divulgado na página eletrônica da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, no seguinte endereço eletrônico: seconser@seconser.niteroi.rj.gov.br e comunicado a todos os interessados via e-mail.

8.4. Após a publicação do Resultado do Chamamento Público, não caberá desistência por parte do vencedor, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado a ser analisado pela SECONSER.

9. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

9.1 Caberá à SECONSER homologar o Relatório final da Comissão Especial de Chamamento Público e adjudicar o seu objeto ao vencedor.

10. DA ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO

10.1. O vencedor do presente chamamento será convocado através de comunicação eletrônica (e-mail), para a assinatura do Termo de Cooperação, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data de sua convocação, sob pena de decair do direito a adoção.

10.1.1. Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, poderá o Pregoeiro, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar e negociar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

10.2. A falta de assinatura do Termo de Cooperação, por parte da interessada, por qualquer motivo, dentro do prazo estabelecido, implicará sua eliminação. Neste caso, a Comissão Especial realizará o chamamento por ordem de classificação, quando houver, as demais empresas para a assinatura do Termo de Cooperação de igual prazo e nas mesmas condições do primeiro classificado.

10.3. Farão parte integrante do Termo de Cooperação, independentemente de transcrição, as instruções contidas neste Edital, e os documentos nele referenciados.



11. DO PRAZO

11.1. O prazo de vigência do contrato será de 03 (três) anos, contados a partir da entrega da Autorização de Serviço, desde que posterior à data de publicação do extrato do contrato no veículo de publicação dos atos oficiais do Município.

11.2. O prazo contratual poderá ser prorrogado, por igual período.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

12.1. O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

12.1.1. As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

- a) Não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;
- b) Falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;
- c) Fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e
- d) Comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato;

12.2. Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.



12.3. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

12.4. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

12.4.1. A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 12.2, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.

12.5. A advertência poderá ser aplicada quando a CONTRATADA não apresentar a documentação exigida, no prazo de 10 (dez) dias, o que configura a mora.

12.6. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 12.2 não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

12.7. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 12.2, perdurará pelo tempo dos motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

12.8. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

12.9. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

12.10. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

12.10.1. Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

12.10.2. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

12.10.2.1. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 12.2, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 12.2.

12.10.3. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

12.11. As penalidades previstas no item 12.2 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.



12.12. Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

12.13. As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores da Secretaria de Administração.

12.13.1. O registro mencionado no item acima deverá ser feito com a remessa do extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 12.2, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

12.14. Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o instrumento poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NITERÓI.

13.1. Permitir a colocação de, até, 02 (duas) placas por espaço adotado, com a marca do Adotante do projeto nas dimensões e layout do Anexo IV, nos locais e aparelhos autorizados pela SECONSER, além de, a critério e interesse da Administração Pública, ser permitida a realização de ativações promocionais da marca da empresa adotante.

13.2. Verificar a adequação da prestação do serviço realizado com base nos critérios previstos neste Edital.

13.3. Notificar, formal e tempestivamente, o Adotante sobre as irregularidades que porventura venham a ocorrer, tanto no material quanto no serviço fornecido.

13.4. Notificar o Adotante, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades, quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto do Termo de Cooperação.

13.5. Facilitar, por todos os meios possíveis, o cumprimento da execução do objeto contratual, dando ao Adotante o livre e desembaraçado acesso ao local da execução dos serviços e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados, facilitando o cumprimento das obrigações pré-estabelecidas.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO ADOTANTE

São obrigações da empresa adotante:

- a) Cumprir todas as especificações, prazos, obrigações e cláusulas estabelecidas no edital e nos cronogramas de execução;



- b) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto do Termo de Cooperação;
- c) Substituir, às suas expensas, os produtos que não forem considerados de acordo com as especificações solicitadas no edital e contida na proposta ou apresentar qualquer defeito, a juízo da Fiscalização do Termo de Cooperação;
- d) Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante toda a execução do Termo de Cooperação;
- e) Fornecer e instalar os aparelhos nos locais previamente acordados entre as partes, com as devidas autorizações dos órgãos competentes e dar manutenção aos equipamentos, quando necessário;
- f) Realizar o cronograma de limpeza, conservação e manutenção do espaço;
- g) Arcar com todas e quaisquer despesas relativas ao transporte dos equipamentos, materiais e ferramentas necessárias à execução do objeto, bem como dos funcionários, taxas, seguro, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais e demais despesas relativas à execução dos serviços a que se compromete para execução do Projeto;
- h) Responsabilizar-se por infrações ambientais e/ou prejuízos que causar ao Poder Público ou terceiros.

15. DA RESERVA ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

15.1. Todos os custos relativos à implementação do Projeto objeto deste Edital serão de única responsabilidade do ADOTANTE, não havendo qualquer aporte de recurso financeiro por parte do Município de Niterói.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Os interessados que participarem deste Chamamento Público sujeitam-se a todos os termos, condições, especificações e normas previstas neste Edital e seus anexos, se comprometem a cumpri-los plenamente, independentemente de qualquer manifestação escrita ou verbal.

16.2. Este Edital poderá ser adiado, revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba indenização, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.3. É facultada à Comissão Especial de Chamamento Público, em qualquer fase do processo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior do documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

16.4 Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial de Chamamento Público.



16.5 Os pedidos de esclarecimento e impugnações sobre este Edital deverão ser encaminhados sempre por escrito via correio eletrônico (e-mail), diretamente à Comissão Especial de Chamamento Público, exclusivamente através do endereço eletrônico: seconser@seconser.niteroi.rj.gov.br, até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este edital, e serão respondidos, exclusivamente, por meio de e-mail.

16.6. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.7. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante e inseparável:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Minuta do Termo de Cooperação;

ANEXO III – Projeto base;

ANEXO IV - Layout das placas com exposição da marca;

ANEXO V - Modelo de Carta de Interesse;

ANEXO VI - Modelo de Declaração do disposto no inciso XXXIII do art. 7º CF/88.

Niterói, _____ de _____ de 2022.

DAYSE NOGUEIRA MONASSA
SECRETÁRIA DE CONSERVAÇÃO E
SERVIÇOS PÚBLICOS